

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Israel Alexandria Costa

Tópicos de iniciação à metodologia científica

Maceió
2016

Israel Alexandria Costa

Tópicos de iniciação à metodologia científica

Modelo de trabalho acadêmico disponibilizado aos discentes da Universidade Federal de Alagoas como suporte didático para a confecção de trabalhos de conclusão de curso.

Orientador: <Nome do Orientador>

Maceió
2016

Israel Alexandria Costa

Tópicos de iniciação à metodologia científica

Modelo de trabalho acadêmico disponibilizado aos discentes da Universidade Federal de Alagoas como suporte didático para a confecção de trabalhos de conclusão de curso.

Data de Aprovação:

_____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Prof(a). <Titulação Abreviada>. <Nome do Orientador>
<Instituição> – <Sigla da Instituição>
Orientador(a)

Prof(a). <Titulação Abreviada>. <Nome do 2º membro da Banca>
<Instituição> – <Sigla da Instituição>
Examinador(a)

Prof(a). <Titulação Abreviada>. <Nome do 3º membro da Banca>
<Instituição> – <Sigla da Instituição>
Examinador(a)

RESUMO

O presente trabalho — *Tópicos de iniciação à metodologia científica* — tem por objetivo servir como suporte didático para a discussão e a instrução sobre ciência junto aos estudantes da Universidade Federal de Alagoas. Seu conteúdo textual divide-se em três seções classificadas em conformidade com os seguintes objetivos específicos: a apresentação de um breve esboço de genealogia da ciência com base na análise foucaultiana da noção de verdade e na história da metodologia; a identificação das principais diretrizes da pesquisa científica em face da institucionalização acadêmica da ciência; a instrução para confecção de trabalhos acadêmicos com base nas normas de padronização internacional em vigor. A argumentação processa-se através de dois métodos: o bibliográfico-compilativo, pelo qual a redação assume a forma de uma dissertação referenciada em textos de filósofos, metodologistas, instituições normativas e o mimético, pois o presente material didático imita a estrutura real de um Trabalho Acadêmico segundo a NBR 14724 da ABNT e Padrão Ufal de Normalização, servindo como modelo visual direto e editável de um trabalho de conclusão de curso. Essa segunda característica visa duplicar a utilidade deste material para o seu público alvo, porquanto a apresentação de trabalhos de conclusão de curso é, conforme determina o *Estatuto e Regimento da Ufal*, etapa curricular obrigatória nos cursos de graduação e de pós-graduação da referida universidade.

Palavras-chave: Filosofia. Epistemologia. Ciência. Metodologia Científica.

RÉSUMÉ

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Etiam eget ligula eu lectus lobortis condimentum. Aliquam nonummy auctor massa. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Nulla at risus. Quisque purus magna, auctor et, sagittis ac, posuere eu, lectus. Nam mattis, felis ut adipiscing. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Etiam eget ligula eu lectus lobortis condimentum. Aliquam nonummy auctor massa. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Nulla at risus. Quisque purus magna, auctor et, sagittis ac, posuere eu, lectus. Nam mattis, felis ut adipiscing. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Etiam eget ligula eu lectus lobortis condimentum. Aliquam nonummy auctor massa. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Nulla at risus. Quisque purus magna, auctor et, sagittis ac, posuere eu, lectus. Nam mattis, felis ut adipiscing. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Etiam eget ligula eu lectus lobortis condimentum. Aliquam nonummy auctor massa. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Nulla at risus. Quisque purus magna, auctor et, sagittis ac, posuere eu, lectus. Nam mattis, felis ut adipiscing.

Mots-clés: Épistémologie. Méthodologie. Normalisation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 - Estrutura do Trabalho Acadêmico	27
Quadro 1 - Exemplos de chamadas de citação pelo sistema autor-data	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Parâmetros de estilos de parágrafos 32

Tabela 2 – Catálogo de preços de normas da ABNT 33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(CC)	Creative Commons
©	Copyright
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMN	Associação Mercosul de Normalização
ANSI	American National Standards Institute
APA	American Psychological Association
COPANT	Comissão Pan-americana de Normas Técnicas
IEC	International Electrotechnical Commission
LDA	Leis dos Direitos Autorais
NBR	Norma Brasileira
SIBi	Sistema Integrado de Bibliotecas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Ti_Pos	Título Pós-textual (Estilo)
Tx_Cit	Texto de Citação (Estilo)
Tx_Not	Texto de Nota (Estilo)
Tx_Pad	Texto Padrão (Estilo)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PARA UMA GENEALOGIA DA CIÊNCIA.....	11
3	A INSTITUCIONALIZAÇÃO ACADÊMICA DA CIÊNCIA.....	15
3.1	Linguagem em Pesquisa.....	16
3.2	Ética em Pesquisa	23
4	A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O TRABALHO ACADÊMICO	25
4.1	Parte externa e elementos pré-textuais.....	27
4.1.1	Da capa	28
4.1.2	Da folha de rosto e ficha catalográfica	28
4.1.3	Da folha de aprovação.....	29
4.1.4	Do resumo	29
4.1.5	Do sumário	30
4.2	Elementos textuais	31
4.2.1	Da introdução	31
4.2.2	Do desenvolvimento	31
4.2.3	Da conclusão.....	38
4.3	Elementos pós-textuais.....	38
4.3.1	Das referências.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICE A – VOCABULÁRIO ACADÊMICO	46
	GLOSSÁRIO	51

1 INTRODUÇÃO

Nenhum empreendimento produtivo tem sentido sem a existência de uma ordem comum pela qual seus produtos e procedimentos possam ser comparados uns aos outros da mesma espécie e, no mundo contemporâneo, em que predomina a competição internacional, um empreendimento jamais será bem-sucedido se não submeter sua produção à qualificação segundo padrões técnicos internacionais, hoje tutelados pela ISO, a *International Organization for Standardization*. A informação científica, produto cuja confecção é praticamente monopólio do empreendimento universitário, submete-se aos mesmos princípios e, visto que tal produto se cristaliza basicamente sob a forma de trabalhos acadêmicos, é natural que documentos como NBR 14724 e ISO 690, que normatizam a confecção desses trabalhos com vistas à padronização internacional, sejam de fundamental importância para a universidade.

Com efeito, no Brasil, as normas e os tutoriais universitários voltados à adequação da produção científica discente à estrutura padrão do trabalho acadêmico baseiam-se, em sua maioria, naqueles documentos, a exemplo do tutorial PDF *Padrão Ufal de normalização*, declaradamente alinhado à ABNT NBR 14724:2011, que abrange trabalhos de conclusão de curso — doravante TCC —, dissertações, teses e similares.

Todavia, informações coletadas junto a bancas de defesa de TCC e setor de recepção bibliotecária de trabalhos acadêmicos na Ufal indicam a presença de certas falhas nas estratégias de adequação dos trabalhos acadêmicos aos padrões técnicos. Em vista desse desafio, o presente documento busca contribuir para uma solução desse problema fazendo par com o Tutorial PDF *Padrão Ufal de Normalização* ao se constituir como um material didático aberto e disponibilizado gratuitamente aos estudantes.

O mérito da proposta do presente material é o de ser um suplemento de utilidade mais direta e mais específica que o referido tutorial, porque, além de ser um material explicativo *sobre* o trabalho acadêmico, ele próprio é um trabalho acadêmico editável e destinado especificamente a ajudar os estudantes a confeccionar o seu próprio TCC, "componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL" (BRASIL, 2006, p. 39).

As vantagens da formatação e estrutura deste material didático ser uma imitação editável da estrutura de um TCC são a economia de imagens e a sua fácil edição. Num tutorial comum, as imagens das adequadas formatações aparecem no corpo do texto como ilustrações; no presente, elas se confundem com a própria tipografia e *layout* do texto. Ao acadêmico que deseja se assegurar de que cumpre a forma padrão, bastará lançar mão do expediente de substituir a presente redação por uma de sua autoria, mantendo a formatação original.

Mas o convite para tal expediente não deve sugerir que a redação deste documento deva ser descartada como texto irreal e destinado apenas ao preenchimento do espaço tipográfico. Muito pelo contrário, no texto central deste trabalho, o leitor encontrará uma explanação sobre tópicos importantes de iniciação geral à metodologia científica. A primeira seção textual é uma reflexão filosófica acerca dos temas do conhecimento e da verdade que serve como esboço para uma genealogia da ciência; a segunda é um rol das principais diretrizes da pesquisa científica em face da institucionalização acadêmica da ciência; a terceira é uma exposição de técnicas para a confecção de trabalhos acadêmicos a partir de processadores eletrônicos de textos. Suplementarmente, o texto se estende para além do corpo central do trabalho e oferece, sob as formas de apêndice e glossário, conceitos e exemplos acerca de vocábulos frequentemente utilizados no universo acadêmico: trata-se de um bônus acrescido em consideração ao fraco domínio da linguagem científica que caracteriza a fase inicial de adaptação dos discentes recém-ingressos na universidade.

Certamente este conjunto de informações é pouca coisa comparado à imensidão de tópicos de iniciação à metodologia científica, mas o que se pretende mostrar aqui é apenas o essencial. Reconhecer que nosso legado cultural comporta um imenso volume de reflexões e de ferramentas para a produção científica significa, neste momento, reconhecer a necessidade de determinar a escolha das ferramentas que melhor se adaptam à presente realidade.

2 PARA UMA GENEALOGIA DA CIÊNCIA

É razoável propor que, antes de responder à pergunta que indaga sobre a *ciência* ou o *conhecimento científico*, seja preciso saber a resposta para uma pergunta logicamente anterior: *Que é o conhecimento?* Essa proposta visa sublinhar a dificuldade em se tentar compreender o que é ciência sem uma abordagem filosófica, ou seja, sem uma análise radical que indaga pelo ser de uma coisa. Quando Martin Heidegger intitula seu célebre ensaio de *Qu'est-ce que la Philosophie?* [*Que é isto — a Filosofia?*] sua pretensão não é a de se afirmar como um escritor que indaga sobre a Filosofia, e sim como um instrumento que faz a Filosofia indagar sobre si mesma, pois a pergunta que indaga sobre o "isto" de uma coisa é, por definição, uma pergunta filosófica. Sob essa perspectiva, a pergunta *Que é isto — o Conhecimento?* remete diretamente a uma investigação filosófico-gnosiológica.

A gnosiologia [*gnose* seria a transliteração da palavra grega para *conhecimento*] empreendida no *Teeteto*, de Platão, trata do conceito de conhecimento através de um texto dialógico entre Sócrates e um jovem matemático. Este tece considerações que parecem pretender desgarrar o conhecimento da esfera da Filosofia, a fim de situá-lo na esfera das definições precisas da matemática, mas, após 44 capítulos nos quais Sócrates questiona as falhas presentes nas definições apresentadas pelo estudante Teeteto, o diálogo se vê diante de uma *aporia*, ou seja, um beco sem saída, evidenciando o caráter filosófico e, portanto, problemático do conhecimento.

A resposta que o livro de Platão termina por oferecer aos leitores pode ser frustrante, mas é muito clara: o conhecimento é essencialmente um *problema filosófico*, significando que, ao usarmos a palavra "conhecimento", não estamos nomeando uma coisa capturada e cuja posse é tranquila, mas algo que nos escapa e incita à caçada. De fato, para Platão, possuir a definição precisa de conhecimento equivale a possuir a verdade que, todavia, sempre está além, sempre escapa aos habitantes da caverna, aos homens vivos e presos à existência corpórea. Para estes, a verdade deve permanecer um eterno e metafísico objeto de vontade, uma eterna emulação.

Nietzsche (1999, p. 197), inventariando os efeitos que essa perspectiva platônica teria desencadeado na mentalidade europeia, declara que a vontade de verdade pode ser uma velada vontade de morte. Para o filósofo alemão, o problema da verdade, tal como formulado por Platão, afetou o moderno ocidente europeu, criando uma ânsia doentia e insana por uma metafísica distanciada da vida e que absolutamente jamais se soube o que é. Sob esse prisma, a vontade deveria ser vontade de vida e de corpo, e não vontade de verdade ou de morte.

Os textos de Michel Foucault parecem propensos, como os de Nietzsche, a estebelecer que a verdade, tal como compreendida pela mentalidade europeia, é coisa diversa de uma instância metafísica e afastada das prosaicas relações humanas de poder e de trabalho produtivo. A *Microfísica do Poder* propõe um outro tipo de verdade que merece nossa atenção, a verdade produzida:

a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é — não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções — a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Tal verdade, sugere-se, deve ser pensada à luz das categorias da economia política. Como verdade *fabricada*, tal como qualquer outra mercadoria, destina-se a satisfazer necessidades humanas; os operários que a fabricam seriam os intelectuais (sobretudo cientistas e teólogos) que, com o auxílio da técnica, distribuem o "justo-e-verdadeiro-para-todos" (FOUCAULT, 1979, p. 9), a fim de ser consumido como dispositivo de segurança social. No caso dos consumidores de matriz europeia, esse dispositivo seria a crença num mundo que funciona segundo leis imutáveis que nos permitem fazer previsões e provisões para as relações que envolvem homens e coisas; mundo normalizado por uma justiça soberana que age dispensando a cada qual o que lhe é devido, sejam as proporcionais penas para maldades morais ou as proporcionais sombras para corpos físicos.

Em Foucault, nota-se também o cuidado teórico com o método de fabricação dessa verdade, verifica-se a presença da tese de que não se fabricam verdades sem que, ao mesmo tempo, se fabriquem também sujeitos que consomem tais verdades como objetos de aspiração. Sob esse prisma, as instâncias da religião e da ciência seriam essencialmente iguais, diferenciando-se fundamentalmente pelo modo como a aspiração funciona: para a instância religiosa, tal aspiração funcionaria

passivamente e seria relativa à subjetividade submissa à verdade; para a outra, funcionaria ativamente mediante uma subjetividade metodológica, ou seja, caçadora da verdade.

O credo científico de que uma subjetividade ativa e caçadora deve ser condição necessária para que se realize a união entre sujeito e verdade é a fonte que inspira a preocupação com a questão do método. Se o sujeito deve ser um caçador, se é ele quem, com suas próprias forças, deve ir até a verdade, importa que, antes de sua caçada, ele conheça a si mesmo; que avalie suas próprias capacidades e descubra, sozinho, o melhor caminho, a melhor estratégia de caça. Muito da ciência moderna se deve a essa concepção de que o sujeito do conhecimento ou da verdade tem de começar desnudando-se de tudo que possa atrapalhar a caçada. De início, nenhuma aparente facilidade ou ajuda exterior lhe é permitida, cabendo a ele julgar o que lhe serve ou não, a fim de que todo o mérito da captura da verdade seja exclusivamente dele. Essa preocupação é típica do autor do *Discurso do método para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências*. René Descartes — ou *Cartesius*, para quem prefere a forma latinizada de seu nome — em sua autobiografia, dá um exemplo de sujeito que acredita na existência da verdade, mas que não admite ser essa verdade algo que lhe advém ou que se revela como coisa imediata. A recusa cartesiana da imediaticidade da verdade é tão radical que o esforço por duvidar atinge até mesmo os dados imediatos dos sentidos para ver se, partindo da recusa absoluta em admitir qualquer coisa tida por verdade já estabelecida, é possível criar um método que comece pelo sujeito absoluto. Não vem ao caso saber se o projeto cartesiano foi bem ou mal sucedido, mas é certo que se tornou célebre: a dúvida hiperbólica ficou conhecida na história da metodologia científica como o ponto mais radical da altivez do sujeito da ciência.

Outra questão ligada ao problema da aspiração ativa pela verdade é saber qual método é o mais eficiente, qual caminho garante ao sujeito assegurar-se de sua união com a verdade. Sobre esse assunto, a divergência básica ocorre entre o empirismo e o racionalismo, com o primeiro apegando-se à tese de que a indução corroborada por observações e a coleta controlada de dados empíricos é um caminho seguro em direção à posse da verdade, enquanto o segundo, defendendo que a coerência interna entre enunciados fundados em premissas apodíticas é a

garantia da fidelidade para com a verdade, afasta-se do que se poderia compreender como demasiada confiança nas sensações. Nesse prisma, se o empirismo defende que o apoderamento da verdade se dá pela manipulação de um mundo natural, o racionalismo acredita unir seu pensamento à verdade pela matematização de um mundo espacial.

A aparente solução para esse impasse entre empirismo e racionalismo vem do filósofo alemão Immanuel Kant que, concordando com as objeções céticas de David Hume em relação às inferências causais, escreve a *Crítica da Razão Pura* para indicar que a ciência é um sistema de juízos sintéticos *a priori*, ou seja, de conhecimentos de causas racionais que nos asseguram um domínio técnico e cognitivo do mundo fenomênico, entendendo-se aqui por *causa* não uma relação de inferência lógica entre fenômenos, mas uma *justificação* ou explicação racional.

A substituição — atribuída a Kant — do conceito de *causa* pelo de *justificação* determinou uma mudança significativa na história dos procedimentos metodológicos. De repente, seguir a trilha das causas através de análises e observações dos fenômenos deixa de ser um procedimento central para dividir o seu lugar com a preocupação em bem justificar as descobertas científicas. O efeito dessa preocupação com o discurso deu um novo rumo à reflexão metodológica. Mantendo-se relativamente alinhado ao kantianismo, Popper chega a insinuar que o indutivismo não é um método tão científico quanto se pensava e que o estabelecimento da verdade científica é, no fundo, fruto de uma decisão entregue à vulnerabilidade da vida política. Outros vão além de meramente insinuar o caráter vulnerável da chamada verdade científica, a exemplo de Paul Feyerabend (1977, p. 386) que, com lúcido realismo, denuncia que "a ignorância, a teimosia, a aceitação de preconceitos, a mentira, longe de impedirem a marcha do conhecimento, são seus pressupostos essenciais".

Tal posicionamento não é insensato, como poderia parecer num primeiro momento. A rebeldia ao saber constituído, sobretudo quando este assume a forma de procedimentos estereotipados que transformam a reflexão metodológica em cega obediência ortodoxa, é uma opção razoável. Mas não menos razoável é a afirmação de que "é só na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o *consenso* que somos chamados a exercer a virtude cognitiva" (HABERMAS, 2013, p. 10, grifo nosso). Em Jürgen Habermas, disposições como a ignorância, a teimosia,

a aceitação de preconceitos e outras patologias afins devem ser sanadas, a fim de que não atrapalhem a constituição de um consenso formador do discurso cognitivo ideal. E testemunha a posição habermasiana a predominância atual, em matéria de reflexão metodológica, do esforço de colonizar vestígios de determinações psicossociológicas que ainda restam sutilmente presas à lógica do discurso científico. Thomas Kuhn, em *A estrutura das revoluções científicas* (1962), denuncia a presença de invisíveis revoluções de natureza sociológica que afetam o discurso da ciência, tornando-o dependente de paradigmas; *A estrutura* é uma obra que busca alertar os cientistas para o perigo da "ideologia da profissão científica" (KUHN, 2011, p. 178), normalmente tendente a depreciar os fatos históricos e a maneira como estes atuam na esfera das descobertas científicas. A proposta presente em *A formação do espírito científico; contribuição para uma psicanálise do conhecimento* (1938), de Gaston Bachelard (1996, p. 226), é "analisar a sensibilidade de um coração de pedra", escavar o interesse que motiva a pesquisa desinteressada e fazer emergir as forças psíquicas que agem no fundo da própria vida cognitiva.

É à luz desse conjunto de reflexões sobre a natureza e a metodologia do conhecimento científico que, no capítulo seguinte, se examina o tema da institucionalização acadêmica da ciência.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO ACADÊMICA DA CIÊNCIA

A instituição acadêmica encontra-se estruturada sobre o fator *comunicação*, de modo que a prática da ciência no interior dessa instituição deve ocorrer por meio de uma dinâmica dialógica que envolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Sob tais condições, entende-se que um produto ou procedimento não tem justificativas, isto é, não é científico, se não consegue, através de apresentações, publicações, teorizações e práticas didáticas, provar à comunidade participante que seu produto é consistente sob diversos pontos de vista.

O presente capítulo busca abordar dois aspectos que a comunidade acadêmica tem julgado ser de extrema importância como fatores de justificação da argumentação em pesquisa científica: o fator linguagem e o fator ético.

3.1 Da linguagem em pesquisa

A argumentação científica supõe o uso de uma linguagem articulada e clara, o que não se consegue de um dia para o outro. Segundo sugere o filósofo Jean-Jacques Rousseau em seu *Ensaio sobre a origem das línguas*, o caminho que leva o homem a abandonar a linguagem do coração para a linguagem da razão é o mesmo que o leva a deixar de procurar produzir *sentimentos primários* para passar a procurar produzir *compreensão e raciocínio*. Embora esse filósofo tenha postulado que a língua do coração persuadiria mesmo sem o emprego da compreensão e descreveria sem empregar raciocínios, ele reconhece que, após sua depuração, a língua "[...] torna-se mais justa e menos apaixonada, substitui os sentimentos pelas ideias, [...] a articulação progride, [...] fica mais exata, mais clara" (ROUSSEAU, 1995, p. 384, tradução nossa). Sob essa perspectiva, a linguagem científica é fruto de uma cultura que se exerce como esforço crescente de aperfeiçoamento no sentido do aumento do poder de comunicação, de compreensão e de raciocínio. Para quem ainda está adstrito ao mundo de sua sociedade local, o aperfeiçoamento consiste em torná-lo membro — para utilizar uma eloquente fórmula ecumênica — "de uma sociedade intelectual universal consagrada à procura da verdade e à melhoria das condições de vida da humanidade" (RUIZ, 2006, p. 126).

Para um graduando recém-ingresso na academia, tal consagramento no exercício da escrita científica costuma implicar uma série de abstenções e aquisições. Em primeiro lugar, a abstenção de juízos de valor e a preferência por descrições de fatos. A título de exemplo, num relatório, em vez de dizer "o entrevistado *sujava* a sala durante a pesquisa", diga-se algo como "o entrevistado, enquanto respondia às questões que lhe eram apresentadas, tirou do bolso de sua camisa uma carteira de cigarros e uma caixa de fósforos, arremessou o palito e a embalagem da carteira em direção a um canto da sala e deixou cair no chão as cinzas do cigarro que fumava"; em vez de "a reunião ocorreu numa sala *espaçosa*", prefira-se "a reunião ocorreu no Bloco A da Instituição, no cômodo de porta número quinze, cujo interior apresentava uma área de doze por oito metros quadrados em cujo centro havia uma mesa de cinco por dois metros, cercada por vinte cadeiras".

Em segundo lugar, o exercício da escrita científica requer a abstenção de escrever em primeira pessoa, ou melhor, a eliminação de traços egocêntricos no momento da confecção de uma informação científica. O trabalho acadêmico costuma

ser o *locus* da exposição de ideias e de processos, e não o da escrita de si; é sinal de maturidade intelectual não confundir o estatuto da obra científica com o da obra autobiográfica; a disposição psíquica para narrativas confessionais — como quando se confeccionam diários e memoriais — deve ser outra bem diferente da disposição para a escrita dissertativa e acadêmica. Em atenção a esse aspecto, o professor Amado Cervo (1996, p. 114) sugere que se evite, em trabalhos acadêmicos, utilizar expressões como "'meu trabalho', 'meus estudos', 'minha tese', preferindo, em vez disso, construções como 'o presente trabalho', 'o presente estudo'".

Em terceiro, deve-se evitar considerações brutais ou imodestas, pois o conhecimento não se produz no enxovalhamento ou na arrogância. O afresco *A Escola de Atenas*¹ sintetiza figurativamente essa lição ao representar a produção do conhecimento sob a forma de uma colorida comunidade humana de grandes cientistas situada numa faixa central que não se confunde com a faixa inferior em tom acre que representa a guerra bestial, nem com a superior em que predomina o branco da paz divina. Sugere-se que o cientista é aquele que, possuindo um conhecimento e um desejo de testar a consistência desse conhecimento, encontra a sua realização no diálogo amigável entre seus pares; sua disposição não seria a do bruto ignorante que tenta subjugar todo mundo com a sua opinião, nem a do deus que se contenta com sua própria sabedoria, sem acreditar que deva prestar contas a alguém.

Em quarto, cumpre ao estudante abster-se de vícios de redação, procurando aprender a escrever segundo os padrões na norma culta e sem descuidar da elegância do estilo. Para esse fim, pode ajudar bastante uma leitura atenta das boas traduções de obras como *Teeteto*, de Platão; *Discurso do Método*, de Descartes; *Arte de escrever*, de Schopenhauer; *Como ordenar as idéias*, de Edivaldo Boaventura; *Da simplicidade e do requinte na maneira de escrever*, do escocês David Hume; *Manual de redação e estilo*, organizado por Eduardo Martins; *Por que ler os clássicos*, do premiado Ítalo Calvino. A esse respeito, um instrumento que

¹ No ano de 1510, Raffaello Sanzio de Urbino (1483-1520) pinta, sob encomenda do Papa Júlio II, em cada uma das quatro salas da biblioteca particular papal, afrescos sobre temas diferentes (Filosofia, Teologia, Poesia, Direito), ficando a *Stanza della Segnatura (Sala da Assinatura)* destinada ao afresco sobre a Filosofia, o qual passou a ser reconhecido por vários nomes, tais como *Causarum Cognitio (O Conhecimento das Causas)*, *Pax Philosophica (Paz Filosófica)*, *A Academia* e *Escola de Atenas*: nomes que aludem à importância da diversidade de saberes para a construção da dialética acadêmica criada por Platão.

pode ser útil para a depuração desse aspecto tão comum da linguagem local é o domínio de um vocabulário acadêmico (Cf. o apêndice e o glossário deste material).

Em suma, é crucial descrever daquilo a que chamam de "dom" ou "talento natural" em matéria de escrita; é preciso aceitar o fato de que ninguém *nasce* escritor, *torna-se* escritor mediante um acúmulo de trabalho diário de leitura e de escrita. Convém procurar praticar a escrita como uma arte cujo domínio, como qualquer outra arte, requer investimento e dedicação. A experiência condutora desse enriquecimento cultural pode variar de pessoa para pessoa; para uns, assemelha-se ao trabalho da garimpagem, a exemplo do que se lê no guia para eficiência nos estudos, de Ruiz (2006, p. 47):

não basta ler uma, duas, ou até três vezes o mesmo texto. É preciso parar para analisá-lo, criticá-lo, discuti-lo, questioná-lo, anotá-lo, sublinhá-lo, retê-lo, rephraseá-lo mentalmente e, quando necessário, em resumos escritos; é preciso captar com discernimento, analisar, associar, assimilar e reter com tenacidade, crescer através do desenvolvimento interno e não por agregação ou amontoamento desordenado de informações superficiais e assistemáticas. A leitura cultural é um trabalho de garimpeiro; é um trabalho, não um passatempo ocioso.

No prefácio da 2ª edição de *O texto científico*, de E. Santos, a metáfora que representa esse trabalho é a do alpinismo: "desfrute as incertezas, os medos, os calafrios, os desafios da montanha. Valorize cada passo [...]. Recuse os caminhos rápidos e seguros de acesso ao topo" (MENDES, 2002, p. 5). No processo de construção do conhecimento, G. Santos (2007, p. 13) declara, aludindo aos termos da arte da pilotagem, o intuito de "*guiar* os alunos" mediante "*orientações* baseadas nas indicações da Associação Brasileira de Normas Técnicas". R. P. de Paula (2009, p. 14), num *Manual para Elaboração e Normalização de Dissertação e Tese*, lembrando Drummond, insinua que nesta solitária tarefa é preciso estar dotado de alavancas para afastar "algumas pedras do meio do caminho": todas metáforas que tratam da necessidade de instrumentos de trabalho.

Outro ponto concernente à linguagem e que se destaca grandemente no cenário da produção científica é o que diz respeito à lógica. Pensar e escrever de maneira acadêmica é trilhar a senda do conhecimento em respeito a certos limites lógicos; é reconhecer que o pensamento não é livre para burlar suas próprias regras internas, é entender que não se pode pensar e dizer qualquer coisa. Com efeito, estamos impedidos de pensar triângulos redondos e esse impedimento não se deve

a limitações éticas, psicológicas ou políticas e sim a limitações lógico-formais. Como bem resumiu Kant, a lógica formal é o conjunto das "leis necessárias do pensamento, sem as quais não tem lugar uso algum do entendimento e da razão" (1992, p. 14). Aristóteles, em sua lógica, parece grandemente ocupado mais em denunciar falácias que impedem o investimento cognitivo do que em propor um instrumento de pensamento. Em todo caso, a atenção aos enunciados e princípios da lógica tem como justificativa e importância o fato dessa atenção agir como protesto à superstição, à falácia e ao sofisma: armas de dominação que apostam numa espécie de disposição popular pela crença em disparates.

Mas quais seriam esses princípios lógicos e quais as suas características? Eles são basicamente três. O mais conhecido deles é o *princípio da identidade*, segundo o qual toda proposição só pode ser idêntica a si mesma. Sua forma simbólica é $p = p$ e ela nos obriga, por assim dizer, a admitir, por exemplo, que Sócrates é um predicado necessário ao sujeito Sócrates; o segundo é o *princípio da não contradição*, em razão do qual uma proposição não pode ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo e sob um mesmo aspecto; por fim, tem-se o *princípio do terceiro excluído*, a determinar que uma proposição só pode ser verdadeira se não for falsa e só pode ser falsa se não for verdadeira, porque um terceiro valor é excluído. Esses dois últimos princípios podem ser expressos simbolicamente como $p \wedge \sim p$ (se p então não p). Ele nos leva a admitir, por exemplo, que o sujeito Sócrates não pode ser outro sujeito senão Sócrates e que, diante de um sujeito desconhecido, deve-se inferir que esse sujeito é Sócrates ou não é Sócrates.

Nota-se que os enunciados de tais princípios resultam em juízos especiais. Em primeiro lugar, são juízos *analíticos* ou *tautológicos*, isto é, o predicativo é produzido por pura análise racional do sujeito, de forma que ambos, sujeito e predicado, podem trocar de lugar na frase sem que o sentido da frase se modifique; em segundo lugar, são juízos *apriorísticos*, isto é, os predicados não acrescentam nenhum conhecimento do sujeito além do óbvio, de modo que não é preciso fazer nenhuma investigação empírica (*a posteriori*) para saber desses predicados; em terceiro, são juízos *apodíticos*, isto é, são incontestáveis e evidentes por si mesmos.

A argumentação acadêmica, quase que por definição, é aquela que se submete docilmente ao jugo desses princípios da lógica formal. Por maior que seja o radicalismo libertário de um texto acadêmico, ele precisa ter consistência interna,

deve apresentar um argumento cuja introdução, desenvolvimento e conclusão formem, na medida do possível, uma estrutura silogística. Uma argumentação que, por exemplo, começasse por introduzir a defesa da hipótese de que *todo triângulo é equilátero* estaria presa, no desenvolvimento de sua defesa, às amarras da lógica formal, ou seja, às leis que vigiam a *validade* da argumentação. Nesse caso, a lógica formal obrigaria a fazer constar no trabalho a conclusão de que o triângulo de ouro — aquele em que os ângulos medem 36° , 72° e 72° — também seria um triângulo equilátero pois, os princípios da lógica formal obrigam a proposição que conferiu uma qualidade essencial a todos os membros de um determinado conjunto — no caso, ao conjunto de todos os triângulos que existem — a ancorar a conclusão de que o triângulo áureo também assuma uma relação de identidade para com o todo ao qual pertence e, nesse caso, a investigação lógica evidenciaria a falsidade da hipótese introdutória ao levá-la à conclusão de um disparate óbvio, pois obviamente o triângulo de ouro não é nem pode ser um triângulo equilátero. Esse evidenciamento é uma das mais valiosas funções da análise da consistência lógico-formal de um discurso argumentativo. E não é tarefa pequena evidenciar erros que jazem ocultos em textos cuja consistência só existe como véu de uma aparência enganosa.

Além de dever atender aos requisitos determinados pela lógica formal, um texto acadêmico deve atentar também aos parâmetros da lógica material, isto é, da lógica da pesquisa dirigida à descoberta de verdades científicas. Sob esse prisma, a análise lógica deve indagar não apenas da *validade*, da consistência entre enunciados, mas também da *verdade* enquanto correspondência entre enunciados e fatos. Na avaliação em torno dos fundamentos de lógica material de uma argumentação acadêmica, valoriza-se menos a cadeia dedutiva adotada do que a premissa que ancora essa cadeia. Para não multiplicar desnecessariamente os exemplos, retomemos a hipótese *todo triângulo é equilátero* que ancorou a cadeia dedutiva finalizada na conclusão (válida, mas não verdadeira): *o triângulo de ouro é um triângulo equilátero*. Nesse caso, caberia à lógica material investigar se a hipótese *todo triângulo é equilátero* tem validade material, ou seja, se ela atende aos princípios da indução científica. Quem bem fixou esses princípios foi Karl Popper em sua obra *A Lógica da Pesquisa Científica*, onde encontram-se enumeradas as condições lógico-indutivas que um enunciado universal deve atender a fim de que ele possa ser considerado cientificamente defensável:

em primeiro lugar, ele deve ser *sintético*, de modo que possa representar um mundo não contraditório, isto é, um mundo possível. Em segundo lugar, deve satisfazer o critério de demarcação [...], ou seja, deve ser não metafísico, isto é, deve representar um mundo de experiência *possível*. Em terceiro lugar, deve ser diferente, de alguma forma, de outros sistemas semelhantes como o único representativo de *nosso* mundo de experiência (POPPER, 1972, p. 40, grifo do autor).

Em primeiro lugar, Popper faz pesar sobre os enunciados ou hipóteses científicas que têm a pretensão da universalidade duas exigências: uma diz respeito à velha exigência da lógica formal, segundo a qual o pensamento, e mormente o pensamento científico, não tolera contradições; a outra é que tais enunciados sejam sintéticos, isto é, que a predicação não tenha vindo da pura análise racional apriorística, que só resulta em predicados óbvios e apodícticos (a exemplo dos predicados nos princípios da lógica formal) e sim de uma pesquisa empírica que forneça um dado realmente novo sobre o sujeito, um dado que, *a priori*, a razão pura não poderia estabelecer. Sob tais condições, enunciados como *todo triângulo tem quatro ângulos* ou *todo triângulo tem três ângulos* estão descartados: o primeiro por cometer contradição, o segundo por cometer tautologia.

Outra exigência que pesa sobre os enunciados de pretensão científica é a sua *possibilidade lógica* de verificação e de falseamento. Evidentemente, a contradição está incluída nesse rol das experiências impossíveis de se verificar e de falsear, pois não há experiências de triângulos redondos ou de quatro ângulos. Contudo, há enunciados não contraditórios que, no entanto, se referem a experiências logicamente impossíveis de ser verificadas ou falseadas, a exemplo daquele que dissesse que *todo triângulo é habitat de uma substância pensante*, pois não é logicamente possível verificar presença ou ausência de substância pensante em triângulos.

Ainda outra é a exigência de que um enunciado, mesmo representando uma experiência logicamente possível de verificação, não esteja fora do alcance do *nosso* mundo atual. A esse gênero pertenceriam enunciados do tipo *há desenhos de triângulos nos planetas da constelação de Sírius*, pois a verificação da existência de tais desenhos encontra-se fora do alcance do *nosso* mundo atual. De um certo modo, é esse o parâmetro lógico que o enunciado *todo triângulo é equilátero* fere, pois nosso mundo revela uma tão grande e tão bem diversificada variedade de

formas triangulares que um enunciado de tal gênero parece dizer respeito a experiências de um outro mundo que não o nosso.

Em suma, a consideração para com os fundamentos lógicos de um trabalho acadêmico exige a consulta a certos ditames da razão e dos fatos, a fim de apontar desvios na ordem de verdades formais e materiais. Para tomar de empréstimo as palavras atribuídas ao pensador alemão G. W. Leibniz, a triagem lógica busca acusar os desvios das *vérités de raison* (verdades da razão) e das *vérités de fait* (verdades de fato)². No bojo desse horizonte teórico, merece registro a reflexão de Johannes Hessen, em seu livro *Teoria do conhecimento*:

quando eu considero uma proposição da lógica (o princípio de contradição, por exemplo) ou da matemática (por exemplo, a proposição 'o todo é maior que a parte'), não preciso de modo algum consultar a experiência para conhecer a sua verdade. Basta comparar os conceitos contidos em cada uma delas para reconhecer a verdade [ou a falsidade] dessas proposições (HESSEN, 2000, p. 66).

Essa reflexão encontra-se alinhada ao pressuposto kantiano de que a razão pura conseguiria verificar a falsidade da afirmação *este corpo não é extenso*, pois não seria preciso consultar a experiência para saber que todo corpo, por definição, é dotado da qualidade da extensão. Todavia, não obstante tal autonomia, a razão pura não conseguiria verificar as evidências empíricas, ou seja, a evidente falsidade de afirmações do tipo *o filósofo Platão nasceu no Brasil*, pois precisaria consultar os dados da *nossa* experiência para perceber a *presença* de evidências de que tal fato é impossível; sozinha, a razão também não teria capacidade de atestar a evidência de afirmações do tipo *há planetas fora da via-láctea que são habitados por macacos*, pois precisaria consultar a *nossa* experiência para perceber a *ausência* de evidências de que tal fato seja possível.

Advirta-se, no entanto que, por evidência, não se deve entender aqui apenas a evidência matemática ou experimental, mas também a histórica. Como atesta Umberto Eco, "é possível fazer-se uma tese 'científica' mesmo sem utilizar logaritmos e provetas" (1977, p. 25). Mais do que *possível*, Marcone e Lakatos insinuam ser

² Para Leibniz, as verdades de fato (ou verdades contingentes) só podem ser provadas mediante explicações e induções, já "as verdades necessárias [ou verdades da razão] não poderiam ser provadas por indução" (LEIBNIZ, 1990, p. 124), pois, no caso das verdades necessárias, a ligação do predicado com o sujeito é evidente por si só, sem necessidade de explicações.

recomendável que o estudo deva começar pela base histórico-filosófica na qual todas as ciências modernas encontram-se assentadas quando afirmam que a pesquisa científica "inicia-se, geralmente, por obras clássicas, que permitem obter uma fundamentação em qualquer campo da ciência" (2010, p. 2).

3.2 Da ética em pesquisa

Conforme mencionado no início desta terceira seção, a ética é um dos dois grandes fatores importantes ao discurso da pesquisa científica academicamente instituída, mas para entender essa importância é preciso determinar o que se deve entender por *ética* no presente contexto, pois essa palavra significa muitas coisas diversas, dentre estas a verdade de uma consciência moral aliada à compreensão da igualdade entre os homens.

Mas fosse a ética apenas uma questão de consciência, para saber se uma produção científica encontrar-se-ia eticamente consistente, bastaria asseverar que os agentes da pesquisa estiveram inteiramente comprometidos com o clássico mandamento cristão segundo o qual não devemos fazer aos outros o que não queremos que os outros façam a nós, ou com a laica fórmula filosófica "devo portar-me sempre de modo que eu possa também querer que minha máxima se torne em lei universal" (KANT, 1968, p. 10).

Contudo, no presente contexto, a ética é, também e principalmente, uma questão de responsabilidade social. Sob esse prisma, uma pesquisa eticamente consistente seria aquela que se encontrasse instrumentalizada, no que coubesse, por termos de consentimento livre e esclarecido e pareceres de comitês de ética em pesquisa. Aqui, as sanções pela falta de ética deixam de ser meros remorsos interiores de uma consciência culpada para tornar-se penalidades externas. Essa mudança de perspectiva no conceito de ética deve-se muito provavelmente à compreensão, cada vez mais crescente em nosso século, de que as demandas da ética se tornaram *vitais* para as pessoas que habitam este mundo. Tais demandas *bioéticas* — e, aqui, o termo *bioética* deve ser pensado em sua acepção mais abrangente possível — se fazem acompanhar da tendência em transformar diretrizes e parâmetros éticos em leis impositivas com penas cada vez mais duras e mais claras.

É o que vem acontecendo com um caso clássico de falta de ética chamado *plágio*, definível como declaração expressa ou implícita de *produção* total ou parcial de uma obra científica, literária ou artística que, em verdade, se trata de uma *reprodução*. No Brasil, esse desvio ético alçou o nível do ilícito legal, conforme se depreende do artigo 524 do Código Civil e dos artigos 7, 22, 24, 33, 101 a 110, 184 a 186 e 299 do Código Penal. Além das penas codificadas, há outras previstas na Lei Federal do Brasil nº 9.610 de 19/02/1998, também conhecida como a Lei dos Direitos Autorais (LDA). O Art. 108 dessa lei determina que, mesmo quando não acompanhado de contrafação (reprodução não autorizada), o plágio fere direitos reservados ao autor — e, por vezes, à obra mesma — de ter sua identidade anunciada como tal toda vez que houver uma reprodução.

Para o escopo do presente trabalho, não é preciso adentrar na questão de saber se tais direitos pertencem à esfera da personalidade ou da propriedade, nem na de saber se o plágio fere todos os direitos reservados — vide expressão *All Rights Reserved*, agregada ao *Copyright* © —, ou se fere apenas alguns direitos reservados — *Some Rights Reserved*, agregada ao *Creative Commons* (CC), mas é importante destacar aqui a orientação legal segundo a qual

quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade (BRASIL, 1998, p. 60).

No âmbito internacional, a questão do plágio não tem se mostrado menos importante: tratados como a *Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas* (Berna, Suíça, 1886) e a *Convenção Universal sobre Direito de Autor* (Genebra, Suíça, 1952) já se encontram sedimentados como regras internacionais de proteção aos direitos autorais. Num plano mais local, pode-se citar o *Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Alagoas* que, em seu artigo 91, incisos I e II, determina que "constituem práticas passíveis de acarretar a aplicação de pena disciplinar, dentre outras: I) colar ou filar; II) plagiar trabalhos acadêmicos" (BRASIL, 2006, p. 48).

O chamado *plágio acadêmico* é um plágio como outro qualquer; o adjetivo "acadêmico" refere-se tão somente ao fato da reprodução que caracteriza esse ilícito ocorrer frequentemente por meio de cópias inteiras ou parciais de trabalhos

acadêmicos, prática muito comum em vista das facilidades ensejadas pelas recentes tecnologias da informação e comunicação, mas não menos passível de ser desencorajada, pois, como lembra Gandelman (1997, p. 154), "os direitos autorais continuam a ter sua vigência no mundo online, da mesma maneira que no mundo físico. A transformação de obras intelectuais para bits em nada altera os direitos das obras originalmente fixadas em suportes físicos". Com efeito, a chamada Era Digital disseminou e descomplicou a técnica da reprodução de obras científicas, literárias e artísticas, tornando a prática do plágio mais fácil, mas não menos ilegítima. Mesmo em se tratando de pequenos trechos, o discente que, por exemplo, cola num trabalho acadêmico, em cuja capa aparece o seu nome, textos, tabelas, figuras ou quadros coletados da Internet sem fazer a devida referência ao verdadeiro autor e à origem da obra, comete plágio. Na relação pedagógica docente-discente, é mais do que razoável supor que a submissão de um trabalho acadêmico por um discente que inscreve seu nome na área central da capa de um trabalho regido pela normalização da ABNT equivale ao momento de uma declaração de autoria dos conteúdos que nesse trabalho estiverem sem a expressa chamada dos nomes dos seus respectivos responsáveis, sendo dois os desdobramentos da função pedagógica do professor, nos casos de detecção de plágio: a atribuição da nota zero ao trabalho e a aplicação da devida pena disciplinar ao declarante.

Evidentemente, a questão do plágio não é a única demanda ética pertinente à confecção de trabalhos acadêmicos. Ainda que o texto de um trabalho acadêmico seja original, há sempre que considerar se a presença ou ausência de uma informação não fere a imagem e a honra de pessoas concernidas ao trabalho e mesmo à verdade da pesquisa. Lamentavelmente, não tem sido incomum que renomados cientistas, em nome da própria glória, cometam arbitrariedades que ferem frontalmente a ética, mas esse não é o lugar para aprofundar essa questão. Um outro assunto, de caráter mais instrumental, reclama a atenção e a ele encontra-se dedicado o próximo capítulo.

4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O TRABALHO ACADÊMICO

O trabalho acadêmico é a expressão canônica de cristalização da produção científica acadêmica. Os elementos estruturais de um trabalho acadêmico e a forma como estes aí se organizam graficamente costumam ser determinados pelo conselho

editorial da academia junto ao qual o trabalho é confeccionado. O conselho editorial de uma academia de ciências naturais pode, por exemplo, decidir que, para atender certas peculiaridades de sua área de conhecimento, a estrutura e a apresentação gráfica dos trabalhos acadêmicos aí produzidos devam seguir um certo padrão técnico. Com efeito, editores de periódicos de antropologia e de psicologia seguem para essas áreas um padrão próprio estabelecido pela *American Psychological Association* (APA); os da área médica, por sua vez, parecem preferir o *Vancouver*, padrão cujo nome homenageia a cidade canadense em que foi criado.

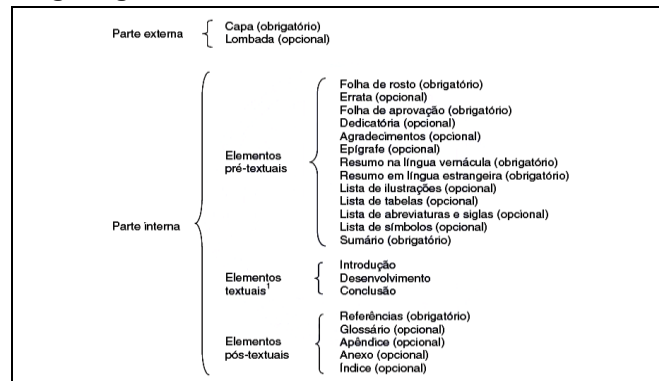
Não obstante tais padrões locais, em face das exigências da mundialização, a tendência atual é a uniformização desses padrões em um nível internacional e, no presente, o órgão regulador que se encontra à frente dessa tarefa é a *International Organization for Standardization*, que leva o nome de ISO em alusão à palavra grega que significa *igualdade*. Várias instituições importantes de padronização já se alinharam à ideia de uma igualdade mundial em matéria de padronização técnica, a exemplo da Comissão Pan-americana de Normas Técnicas (COPANT), a Associação Mercosul de Normalização (AMN) e a *American National Standards Institute* (ANSI).

No Brasil, o órgão alinhado à ISO em matéria de informação e documentação é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de modo que sua Norma Brasileira (NBR) 14724, que trata da padronização técnica da estruturação e da apresentação gráfica de trabalhos acadêmicos, é o documento mais propício para o presente estudo. Na Ufal, conhecê-lo é uma necessidade de todo estudante uma vez que o *Padrão Ufal de normalização* para TCC alinha-se à NBR 14724.

Embora o Padrão Ufal diga respeito a trabalhos acadêmicos no geral, cumpre enfatizar que a análise desse padrão, no presente capítulo, tem em vista não apenas a estrutura básica do trabalho acadêmico, mas também a estrutura específica de um TCC, em vista da sua representatividade e simplicidade em face das demais formas de trabalho acadêmico.

Pelo fato de se aplicar com perfeição à versão TCC, a primeira e mais útil de todas as lições extraídas das normas técnicas de padronização de trabalhos acadêmicos é a que trata da estrutura do trabalho acadêmico, aqui representada no seguinte organograma:

Organograma 1 - Estrutura do Trabalho Acadêmico



Fonte: ABNT. NBR 14724: 2011, p. 9.

A ilustração precedente sugere que, para a NBR 14724:2011, a estrutura de um TCC encontra-se fundada no princípio da centralidade dos chamados *Elementos textuais*. Esses elementos (introdução, desenvolvimento e conclusão) integram o centro argumentativo em torno do qual todo o resto é marginal a exemplo da capa, dos elementos pré-textuais e pós-textuais; tais elementos marginais Compagnon (1996, p. 139) chama muito apropriadamente de "perigrafia", designando assim a parte gráfica que orbita em torno do núcleo argumentativo do trabalho. Portanto, a ausência, no *Organograma 1*, de indicações de que a *introdução*, o *desenvolvimento* e a *conclusão* sejam elementos obrigatórios do TCC jamais deve ser interpretada como dúvida a respeito de sua central obrigatoriedade. Muito pelo contrário: essa ausência denota uma tão grande obviedade do caráter obrigatório de tais elementos que os autores da ilustração apresentada na NBR 14724:2011 sequer perceberam a necessidade de enfatizar.

4.1 Parte externa e elementos pré-textuais

A parte externa e os elementos pré-textuais de um trabalho acadêmico formam a perigrafia que antecede ao conteúdo principal do trabalho ou elemento textual propriamente dito. Essa perigrafia vestibular tem por objetivo fornecer os dados que servirão para a indexação do documento. O nome da instituição a que o documento se vincula, o curso, o autor, o título do trabalho, o nome do orientador e dos componentes da banca examinadora, o local, a data da submissão à avaliação, o texto do resumo, as palavras-chave, o sumário, tudo isso encontra-se dirigido ao

fornecimento de dados que o bibliotecário utilizará para ligar o documento a vocabulários controlados utilizáveis como chaves de acesso à pesquisa do conteúdo principal.

4.1.1 Da capa

A capa de um trabalho acadêmico é a parte externa do trabalho na qual constam as informações indispensáveis à sua identificação primária. Por ser elemento externo, ela não é incluída na contagem de páginas; a informação que deve aparecer em seu centro é o título do trabalho, preferencialmente em negrito e com distinção entre letras maiúsculas e minúsculas. Não será necessário representar, aqui, uma imagem de capa — nem de outras partes do trabalho acadêmico — para mostrar o modo correto de estabelecer suas margens, suas fontes, seus elementos e seus espaçamentos, pois o presente documento é, como já se disse, um trabalho acadêmico ajustado aos parâmetros obrigatórios da NBR 14724:2011 da ABNT.

É oportuno declarar, desde já, que a cópia deste documento está autorizada, desde que a autoria esteja presente na seção *Referências*. Tratando-se de declarações, vale lembrar que, uma vez que um trabalho acadêmico é submetido à avaliação e, na capa, encontra-se figurado, antes do título, o nome civil de uma pessoa física realmente existente, tal pessoa torna-se civilmente responsável como autor de tudo que, nesse trabalho, não é citação de terceiros. Eis porque a capa é mais do que proteção externa ou instrumento de identificação: ela é também uma verdadeira declaração de autoria de conteúdos.

4.1.2 Da folha de rosto e ficha catalográfica

A folha de rosto e a ficha catalográfica são os dois elementos seguintes à capa e devem constar obrigatoriamente em trabalhos acadêmicos examinados e destinados à publicação e/ou depósito em biblioteca. Todavia, se um trabalho encontra-se sob a condição da pendência de exame por banca examinadora ou não se destina a ser publicado ou depositado em biblioteca, a ficha catalográfica é desnecessária, e essa parece ser a condição pensada pela NBR 14724:2011 da ABNT, já que a referida norma não inclui a ficha catalográfica como elemento estrutural do trabalho acadêmico.

4.1.3 Da folha de aprovação

Conforme já assinalado, o trabalho acadêmico é um documento destinado a ser submetido à avaliação por uma banca examinadora, em geral formada no final de um curso por docentes da casa e de fora, a fim de julgar TCCs (em caso de cursos de graduação), dissertações (especialização e mestrado), teses (doutorado) ou similares. Esse aspecto pode levar o graduando que acabou de ingressar na universidade a se espantar por ter de aprender a confeccionar trabalhos acadêmicos logo no início de seu curso, quando seus trabalhos não são examinados por bancas, e sim por professores individuais. Responder-se-ia a essa indagação afirmando, em primeiro lugar, que o espanto deveria estar dirigido à prática corrente da submissão de trabalhos acadêmicos apenas em finais de curso, quando o correto seria haver bancas examinadoras periódicas desde o início da jornada acadêmica; em segundo lugar, que o acadêmico só tem a ganhar ao adquirir o hábito de treinar a confecção de trabalhos o mais cedo possível, a fim de que o impacto seja pequeno por ocasião do seu trabalho final.

4.1.4 Do resumo

O resumo é uma escrita perfeitamente concisa, ou seja, deve atender, como observa Mendes (2002, p. 14), à fórmula de "empregar o mínimo de palavras para informar o máximo" no sentido de que ser parcimonioso com a letra não é ser parcimonioso com o espírito. O resumo há de ser o lugar de poucos nomes e muitas ideias; de ser o momento da economia de palavras, e não de pensamentos.

Conforme o item 3.3.5 da NBR 6028:2003 da ABNT, o resumo de um trabalho acadêmico deve conter de 150 a 500 palavras. Aqui, prescreve-se que ele seja formado por frases afirmativas mediante o uso de verbos na voz ativa e na terceira pessoa do singular; que indique a natureza do trabalho, o objeto a ser tratado, as fontes primárias a partir das quais se fundamenta a pesquisa, o método utilizado, a hipótese e justificativa sobre a qual se desenvolve a argumentação e, por fim, a conclusão. A título de exemplo, em vez de começar um resumo com "Nosso trabalho acadêmico foi feito com base na leitura do *Teeteto*, um livro em forma de diálogo, onde Sócrates, Teodoro e Teeteto discutem entre si numa tentativa de responder à pergunta *o que é o conhecimento?*", deve-se simplesmente escrever "A

presente dissertação trata do conceito de conhecimento a partir do *Teeteto*, de Platão." Note-se que essa segunda formulação contém apenas o necessário para uma identificação básica do conteúdo principal.

O resumo deve ser confeccionado antes e depois do conteúdo principal do trabalho acadêmico. O que Edivaldo Boaventura afirma acerca da confecção de qualquer texto, a saber, "se cada pessoa que se comunica pensasse, antes, no que vai dizer, reduziria a 50% as suas comunicações" (1995, p. 51), vale perfeitamente para a relação entre o texto do resumo e o texto que constitui o núcleo argumentativo do trabalho. Para pensar em como desenvolver o texto de um trabalho acadêmico, deve-se elaborar um resumo prévio e, para pensar em como o resumo definitivo será publicado, deve-se ter em vista o trabalho já feito. Portanto, o resumo é a primeira e a última coisa que se escreve para um trabalho acadêmico, e isso não significa que o resumo deva ser visitado apenas duas vezes: para um bom domínio da escrita concisa, essa visita deve ocorrer muitas vezes.

Todo resumo deve vir acompanhado de *palavras-chave* que possam servir como ponto de acesso ao assunto tratado no documento, por isso a ABNT recomenda que essas palavras devam ser escolhidas com base em vocabulários controlados, como estas extraídas com base no *Vocabulário Controlado do Sistema Integrado de Bibliotecas* (SIBi) da USP: "Filosofia. Epistemologia. Ciência. Metodologia Científica." Recomenda-se que o espaçamento entre as linhas do texto do resumo seja simples e que as palavras-chave devam estar um espaço abaixo do texto do resumo, antecidas da expressão "Palavras-chave: " e separadas entre si por pontos, conforme o exemplo dado.

A NBR 14724:2011 prevê outras regras mais específicas, como a de que a dupla Resumo/Palavras-chave seja escrita também em língua estrangeira, preferencialmente em inglês (*Abstract; Keywords*), francês (*Résumé; Mots-clé*), espanhol (*Resumen; Palabras-clave*) ou alemão (*Zusammenfassung; Schlüsselwörter*). Para um TCC, recomenda-se que as palavras-chave sejam em número de três a seis.

4.1.5 Do sumário

Conforme se lê na definição 3.31 da NBR 14724:2011 da ABNT, o sumário é

a enumeração das divisões de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que a matéria nela se sucede, com exceção dos elementos pré-textuais, dos quais faz parte como último componente. É importante que, no contato com disciplinas ligadas à informática, o discente procure aprender a fazer sumários gerados automaticamente a partir de indicadores e nomes das seções do trabalho.

4.2 Elementos textuais

Conforme já visto, são três os elementos textuais do trabalho acadêmico: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Cada um deles será analisado em separado, mas importa destacar que, para a leitura dessa seção, é recomendada especial atenção, pois chega-se, aqui, ao núcleo argumentativo, às três partes mais importantes de todo trabalho acadêmico. É em torno delas que os mais graves erros costumam ser cometidos.

4.2.1 Da introdução

Em um TCC, o volume textual de uma introdução deve ter aproximadamente cinco vezes o tamanho do resumo, eis por que muitos consideram ser a introdução uma espécie de resumo expandido. É na introdução que as principais teses do trabalho são postuladas juntamente com a indicação das justificativas e circunstâncias mais ou menos detalhadas que levaram o autor às suas escolhas sobre a natureza do trabalho, do objeto e da abordagem. É o espaço para assinalar referências a trabalhos anteriores e antecipar os principais tópicos do desenvolvimento, apresentando, de forma concisa, uma prévia de cada seção que integra o núcleo argumentativo.

4.2.2 Do desenvolvimento

O desenvolvimento é a parte mais importante do núcleo argumentativo do trabalho e a mais longa em volume de texto; um texto de desenvolvimento deve ocupar pelo menos 30 das 40 páginas estimadas para um TCC, por isso recomenda-se que o texto do desenvolvimento seja seccionado e que o nome "desenvolvimento" seja suprimido para dar lugar aos nomes das seções. Cumpre consultar a NBR 6024 da ABNT para conhecer o conceito de seção, a técnica de seccionamento e o número

permitted de subdivisões progressivas, mas essa consulta será de pouca serventia se o autor do trabalho não tiver em mente o esquema dos principais pontos de sua argumentação e o grau de detalhamento e/ou de aprofundamento que seu trabalho comporta. "Qual a matéria de que trata o trabalho?"; "Qual é o auditório ou quem é o leitor?"; "Quanto tempo este trabalho requisita?" são indagações que precisam ser respondidas com clareza para saber qual o estilo e o grau de detalhamento e/ou aprofundamento que se deve empregar na argumentação.

Por vezes, a resposta para um bom desenvolvimento implica o uso de registros apresentados de forma não discursiva, a exemplo das ilustrações e tabelas. Na categoria *ilustração* estão o *quadro* (planilha em que predomina a informação textual) e a *figura* (mapa, fotografia, desenho, fórmula, símbolo, esquema, diagrama, organograma, etc.). *Tabelas* pertencem a outra categoria: trata-se de planilhas em que predominam informações numéricas. Eis um exemplo de ilustração do tipo *quadro*:

Quadro 1 - Exemplos de chamadas de citação pelo sistema autor-data

CHAMADA	EXEMPLO DE CITAÇÃO DIRETA COM MENOS DE TRÊS LINHAS
Quando há um autor ou responsável	"A ABNT NBR 10520 é um documento que deve ser consultado com atenção" (COSTA, 2011, p. 23).
Quando há dois a três autores ou responsáveis	"Documentação é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível a [...] consulta" (CERVO; BERVIAN, 1978, p. 52).
Quando há mais de três autores ou responsáveis	"As convenções locais devem contemplar o princípio da autonomia, sobretudo em respeito ao clima" (COIMBRA; BOECKMANN; GÓIS, 1929, p. 1).
Quando a responsabilidade é de entidade coletiva	"O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do trabalho" (ABNT, 1978. p. 46.)
Quando não há indicação de autoria ou responsabilidade	"As IES implementarão mecanismos democráticos, legítimos e transparentes de avaliação" (ANTEPROJETO..., 1987, p. 55).

Fonte: Elaboração do autor.

Eis outro exemplo, desta vez de uma tabela, a *Tabela 1 – Parâmetros de estilos de parágrafos*, contendo uma *nota geral*.

Tabela 1 - Parâmetros de estilos de parágrafos

Nome do estilo de parágrafo	A	Eel (pt)	F	T (pt)	Md (cm)	Me (cm)	Mi (cm)	Ms (cm)	R (cm)	Rpl (cm)
Tx_Pad	J	1,5	Arial	12	2	3	2	3	0	1,5
Tx_Cit	J	0	Arial	11	2	3	2	3	4	0
Tx_Not	J	0	Arial	10	2	3	2	3	0	0

Fonte: Elaboração do autor.

Nota: Sinais convencionais utilizados:

A	alinhamento.
cm	centímetros.
Eel	Espacejamento entre linhas.
F	Fonte.
J	Justificado.
Md	Margem direita.
Me	Margem esquerda.
Mi	Margem inferior.
Ms	Margem superior.
pt	pontos.
R	Recuo.
Rpl	Recuo da primeira linha.
T	Tamanho.
Tx_Cit	Texto de parágrafo de citação
Tx_Not	Texto de parágrafo de nota explicativa
Tx_Pad	Texto de parágrafo padrão.

Eis outro exemplo, a *Tabela 2 - Catálogo de preços de normas da ABNT*, contendo uma nota específica.

Tabela 2 – Catálogo de preços de normas da ABNT

Assunto	Nº da NBR	Ano da 1ª edição	Nº de edições	Edição vigente (Março de 2014)		
				Data de publicação	Nº de Páginas	R\$ (1)
Abreviação	6032	1989	1	30/08/1989	14	70,00
Apresentação de relatório	10719	1989	2	30/06/2011	11	67,00
Artigo em publicação periódica	6022	2003	1	30/05/2003	5	35,00
Citações em documentos	10520	2002	1	30/08/2002	7	23,00
Datas	5892	1989	1	30/08/1989	2	18,00
Índice	6034	1990	2	31/12/2004	4	26,00
Livros e folhetos.....	6029	2002	2	31/03/2006	10	58,00
Numeração progressiva	6024	2003	2	01/02/2012	4	26,00
Ordem alfabética	6033	1989	1	30/08/1989	5	35,00
Projeto de pesquisa	15287	2005	2	17/03/2011	8	46,00
Publicação periódica	6021	2003	1	30/05/2003	9	58,00
Referências.....	6023	2002	1	30/08/2002	24	51,00
Resumo	6028	2003	1	30/11/2003	2	18,00
Sumário	6027	2003	2	11/12/2012	3	26,00
Trabalhos acadêmicos.....	14724	2005	3	17/03/2011	11	34,00

Fonte: Elaboração do autor.

(1) Preços obtidos junto à ABNT, em 24 mar. 2014.

Como se pode observar pelos exemplos dados, na parte superior desses registros não discursivos constam o *nome do tipo* — organograma, quadro, tabela — sempre seguido do *algarismo arábico* segundo o número de registros do mesmo tipo e na ordem em que aparecem no trabalho; depois vêm o *travessão* e a *descrição* do

conteúdo. Na parte inferior, colocam-se a *fonte* (autor ou responsável, mesmo quando este é o próprio autor do trabalho) e, por fim, a *nota geral* "sempre que houver necessidade de se esclarecer o seu conteúdo geral" (IBGE, 1993, p. 20) ou a(s) *nota(s) específica(s)* "logo após a nota geral (quando esta existir), sempre que houver a necessidade de se esclarecer algum elemento específico" (IBGE, 1993, p. 21). Os documentos que normalizam esse assunto são *Norma de Apresentação Tabular*, do IBGE, e as normas 6029 e 6822, da ABNT.

Considerando a recente expansão mundial das tecnologias da informação e comunicação, para bem confeccionar a parte argumentativa de um trabalho — assim como as demais — convém que o autor tenha um bom domínio técnico dos recursos de edição eletrônica de textos. Nesse caso, o editor deve estar configurado para impressão em papel de formato A4 (21 cm x 29,7 cm), com textos de parágrafo padrão formatado em: a) alinhamento justificado; b) espaçamento de 1,5 pt entre linhas; c) deslocamento ou recuo de 1,5 cm da primeira linha; d) fonte tipo Arial ou Times New Roman, cor preta, tamanho 12 pt, Kern automático; e) margem esquerda e superior de 3,0 cm e direita e inferior de 2,0 cm.

Interessantes funções de controle de formatação de textos podem ser feitas através do chamado *Style* [Estilo] ou conjunto de formatações. Pode-se lidar com funções de estilos como se lida com a função *localizar/substituir*, com a diferença que, em vez de mudar textos, as funções de estilo mudam formatações de textos. Suponha-se um trabalho acadêmico muito grande, uma tese com mais de 500 páginas e milhares de parágrafos contendo exemplos de diferentes gêneros literários. Embora os significados literários desses parágrafos sejam diferentes, para a função de estilo eles são todos iguais se estão todos igualmente formatados num mesmo estilo, a exemplo do *Estilo Normal*, o estilo padrão que determina o seguinte conjunto de formatações: fonte Times New Roman, cor preta, tamanho 12, sem negrito, sem itálico, sem sublinhado e alinhada à margem esquerda. Mesmo que o autor do trabalho tenha tido todo o cuidado de fazer um trabalho artesanal de formatação, selecionando um trecho aqui e ali com o *mouse* e clicando em comandos para negritar este, colorir aquele de azul, aumentar a fonte daqueloutro, basta que, por acidente, acione-se o comando *Atualizar Estilo Normal* e todo esse artesanato de formiguinha vai por água abaixo pelo simples fato de que, no fundo, nenhum texto estava verdadeiramente negrito, azulado ou aumentado. Ao acionar *Atualizar*

Estilo Normal, é como se a espécie *Normal* impusesse que todos os textos individuais contendo o mesmo "código genético" devessem se libertar das aparências criadas artesanalmente pelo usuário, a fim de assumir a aparência determinada pelo "código genético" *Normal*.

Contudo esse risco é grandemente compensado pela possibilidade de se modificar o código do *Estilo Normal* e/ou de se criar outros estilos personalizados. A ABNT instrui, por exemplo, que todos os títulos de elementos pós-textuais como referências, apêndices, glossários estejam em letras maiúsculas negritadas e centralizadas. Por isso, é interessante que, ao centralizar e negritar a expressão REFERÊNCIAS, a fim de que não se corra o risco de vê-la perder sua centralidade e seu negrito através de um acidental *Atualizar Estilo Normal*, que seja deletado da palavra REFERÊNCIAS o código ou estilo *Normal* que jaz dentro dela e lhe seja dado outro código mais de acordo com sua nova aparência externa. Para tanto, basta selecionar o trecho centralizado e negritado e acionar o comando *criar novo estilo a partir da seleção*: uma janela abrirá e se poderá dar a esse novo estilo um novo nome, por exemplo, *Ti_Pos* (abreviação de *Título Pós-textual*). Assim, protege-se a nova formatação dos efeitos deletadores do famigerado *Atualizar Estilo Normal*. Se este for acionado, não afetará mais os textos formatados no novo estilo, pois as qualidades *centralizado* e *negrito* passaram a ser "código genético" de um novo estilo, deixaram de ser aparências enganosas e deletáveis. Além disso, qualquer texto em *Estilo Normal*, se selecionado e aplicado o estilo *Ti_Pos*, se transformará imediatamente em *centralizado* e *negrito*, numa única operação, ganhando-se o tempo e a segurança que se perdem com formatações artesanais e inconsistentes. Obviamente, pode-se também mudar o "código genético" de um estilo, modificando sua configurações de cor, tamanho, tipo de fonte, etc. O próprio *Estilo Normal* é passível disso, mas a consequência de fazer uma mudança nele, como, por exemplo, mudar a cor para o vermelho, é que todos os novos documentos de seu processador de texto terão, por padrão, a cor vermelha. Em todo caso, qualquer qualidade que se retire ou acrescente a um estilo pode ser transmitida automaticamente para todos os textos submetidos à mesma espécie de estilo. Basta usar o comando *Atualizar Estilo...*

O uso de estilos é especialmente vantajoso em títulos de seções, pois a maioria dos processadores de texto pode gerar listas automáticas a partir de estilos.

Por exemplo, se todos os meus títulos de capítulos pertencem ao *Estilo Título 1*, e os dos subcapítulos ao *Estilo Título 2*, é possível usar o comando *Inserir Sumário* para criar, automaticamente, uma lista de capítulos e subcapítulos com os respectivos números da página em que se encontram.

O ideal é que não haja, num TCC, nenhum texto submetido ao *Estilo Normal*, pois as exigências de estilo dos padrões textuais ABNT costumam ser diferentes dos padrões de estilo dos programas de computador. Assim, até mesmo o texto de parágrafo padrão de um TCC deve ter, para ele, um estilo próprio cujo nome é de livre criação, como *Tx_Pad*. Além do *Tx_Pad*, crie-se também o *Tx_Cit*, estilo de texto de parágrafo de citações superiores a três linhas, como no exemplo que segue:

Este texto pertence ao estilo *Tx_Cit*. O comando *Tx_Cit*, aplicado a um texto selecionado qualquer, força-o a assumir essa aparência pequena e recuada que é, afinal de contas, a formatação que a ABNT exige para toda citação que ultrapassa as três linhas no interior do corpo do texto. Para uma citação com menos de três linhas não se exige nada além de colocá-la entre aspas duplas, mas quando uma citação ultrapassa três linhas, a primeira coisa a fazer é tirá-la das aspas e formatá-la num corpo de parágrafo à parte e diferente do corpo de texto comum a saber: Arial, 11, recuo de 4 cm da margem esquerda do corpo do texto e espaçamento simples entre linhas. Depois disso, é só fazer o que se deve com toda e qualquer citação: fazê-la ser acompanhada de uma chamada (numérica ou autor-data) que informa os dados da obra de onde se extraiu a citação. Como este texto não é uma citação, mas apenas uma demonstração da formatação de um parágrafo de citação com mais de três linhas, em vez de chamada, ele só será acompanhado de uma nota explicativa numérica que será encontrada no final desta página, mais exatamente onde está reproduzido o indicador numérico aqui sobrescrito.³

Além do domínio dos novos recursos tecnológicos de formatação gráfica dos textos, convém também ao autor de trabalhos acadêmicos uma consulta aos recursos de revisão ortográfica e gramatical. Mas, nesse particular, o poder das ferramentas computacionais é bem menor, pois um texto literariamente bem escrito depende menos de corretores automáticos do que da sensibilidade do escritor e de um constante cuidado para com as estruturas da língua. Em matéria de língua

³ Uma chamada numérica é isso: um número sobrescrito que aparece no corpo do texto para "chamar" uma nota explicativa fora desse corpo e que começa pelo referido número sobrescrito. Preferencialmente, as notas explicativas ficam no fim da página e devem estar em Arial 10, espaçamento simples e sem recuo (o que convida à criação do estilo *Tx_Not*). Chama-se *nota de referência* a nota explicativa de uma referência (autor, obra e página) de onde se tirou determinada citação. Ver nota 4.

portuguesa, não há dicas nem fórmulas mágicas para escrever bem, embora isso não impeça de assinalar, em face dos frequentes erros gramaticais cometidos em nosso atual contexto, um uso academicamente mais adequado dos sinais com os quais se revestem as letras. O estudante jamais deve perder de vista, por exemplo, que o *ponto e vírgula* serve para enumerar blocos de textos com estruturas gramaticais semelhantes; o *travessão* para inserir exemplos ou explicações rápidas no corpo do texto; o *itálico* para marcar a presença do autor, o desejo de substanciar, acentuar a literalidade ou a importância de uma palavra ou expressão numa frase; as *aspas*, pelo contrário, para indicar uma esquiva. Uma relação entre o itálico e as aspas com as disposições de presença ou de ausência do autor já foi assim descrita:

Estou mais presente no itálico que em qualquer outro lugar: o itálico é narcisista; desejaria, sem dúvida, que o leitor recortasse meu texto seguindo seu traçado. Em compensação, tento uma esquiva com as aspas, peço ao leitor que me conceda o benefício da dúvida (COMPAGNON, 1996, p. 53).

Um caso muito especial de uso das aspas ocorre quando o autor pretende se distanciar a tal ponto da autoria de um texto que ele indica claramente não ter sido ele quem escreveu. É o caso da citação direta do que outro autor disse ou escreveu, mas, é sempre útil lembrar que, apesar dessa importante função das aspas, a ABNT, através da NBR 10520, seção 5.3, expediu uma regra diferente para a identificação de uma citação direta, que se tornou famosa em trabalhos acadêmicos, a saber, "as citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e *sem aspas*" (ABNT 10520: 2002, p. 2, grifo nosso).

Em todo caso, a citação direta, aspeada ou não, deve sempre ser acompanhada da respectiva chamada, seja a *chamada numérica*, mediante notas explicativas com "indicações bibliográficas"⁴; seja a *chamada autor-data* mediante a inclusão, entre parênteses próximos ao texto citado, do nome do responsável pela obra, da data de publicação da mesma e da página de onde se tirou a citação. Eis um exemplo deste último sistema de chamada: "as notas servem para o autor apresentar indicações bibliográficas, fazer observações, definições de conceitos ou complementações ao texto" (KÖCHE, 1997, p. 148).

⁴ KÖCHE, J. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 148.

A NBR 10520 (Citações em documentos) da ABNT adverte claramente que, uma vez escolhido um dentre os dois sistemas de chamada, ele será unicamente o que deverá ser mantido em todo o texto. O que a *Comissão de Informação e Documentação* da ABNT não diz com a clareza que deveria, talvez por considerar óbvio demais, é que, independente do sistema de chamada escolhido, é tão verdadeiro que toda citação deva "chamar" uma referência quanto que toda referência deva "chamar" uma citação. A NBR 10520 (Citações em documentos) e a NBR 6023 (Referências) são documentos radicalmente complementares e recíprocos. Essa reciprocidade jamais deve ser esquecida. No trabalho acadêmico, *toda citação deve estar referenciada e toda referência deve estar citada*, ou seja, toda vez que o autor faz uma citação ou remissão à obra, esta deve estar presente na seção das referências; toda vez que há uma obra referenciada na seção das referências, ela deve aparecer em alguma outra parte do trabalho.

4.2.3 Da conclusão

Na conclusão, ou considerações finais, espera-se encontrar um híbrido de resumo e de introdução, mas com caráter mais terminativo, isto é, com respostas a que o autor chegou quanto à importância do tema para a sua trajetória intelectual ou para uma determinada conjuntura política, literária, filosófica, etc. Cabe também assinalar dúvidas, problemas ou aspectos relevantes descobertos durante o desenvolvimento da pesquisa e que abrem perspectivas para futuros estudos.

4.3 Elementos pós-textuais

Viu-se que, segundo a NBR 14724 da ABNT, são cinco os elementos pós-textuais de um trabalho acadêmico, a saber, as referências, o glossário, o apêndice, o anexo e o índice. Uma definição sucinta do que é cada um deles encontra-se presente no glossário deste trabalho e como o único elemento pós-textual obrigatório, e provavelmente o que requer o maior cuidado em sua confecção, diz respeito às *referências*, que seja esse o objeto privilegiado desta seção.

4.3.1 Das referências

No trabalho acadêmico, dá-se o nome de *Referências* ao elemento pós-

textual que, numa página em separado, se segue logo após a *Conclusão*. Trata-se de um rol de parágrafos de texto destinados à identificação de documentos, considerando-se que cada parágrafo deve formar um "conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento, que permite sua identificação individual" (ABNT, 2011a, p. 7). O espaçamento entre linhas no parágrafo que contém os elementos descritivos de um documento deve ser simples e cada parágrafo deve estar alinhado à esquerda e separado do outro por um espaço duplo.

Considerando que os documentos referidos no rol podem pertencer a categorias diversas, como filmes, pinturas, textos online extraídos da internet, convém que o título seja, de fato, *Referências*, e não *Bibliografia*. Todavia, em razão da ainda difundida prática da adoção de livros e similares como fontes de pesquisa, por vezes dá-se ao rol de referências o título de *Bibliografia*, em alusão a *biblio*, transliteração da palavra grega traduzível para *livro*.

Mesmo quando restrita ao universo dos livros, a NBR 6023, que trata especificamente dos diferentes modelos de referências, é complexa. Para cada elemento de um modelo de referência de livro — pela ordem esses elementos são *nome do responsável, nome da obra, edição, tradução, local, editora, data* — deve-se acrescentar detalhes técnicos destinados à compreensão do estatuto de cada um desses elementos. Para ficarmos apenas com os dois primeiros (e os mais importantes) elementos de uma referência, a NBR 6023 determina, por exemplo, que o nome do responsável apareça em caixa alta e que o título da obra completa venha em itálico ou negrito. Mas essa é apenas uma determinação possível dentre muitas, pois, quanto ao grau de comprometimento com a confecção da obra, o responsável pode ter o estatuto de autor, de organizador ou de instituição; quanto à participação numérica, pode ser individual ou coletiva; quanto ao número de registros de participações, pode ser inferior ou superior a três, etc. Para cada um desses diferentes estatutos, há uma regra determinando como identificá-los, o que implica saber quando se deve ou não usar formatações em itálico, caracteres em caixa alta, sinais de pontuação, inserir expressões latinas, traços sublineares, etc. Eis um exemplo dos mais simples: "COSTA, Israel Alexandria. **Ontologia do caráter brasileiro.**" Este aparentemente simples registro significa, em primeiro lugar, que o responsável pela obra tem o estatuto de *autor*; em segundo, que essa autoria é *individual*; em terceiro, que o *nome* do autor é COSTA; em quarto, que o *prenome* do

autor é *Israel*; em quinto, que ele é autor de um *documento de natureza monográfica* (monografia é a obra considerada em seu todo); em sexto, que o título da monografia é *Ontologia do caráter brasileiro*, etc. Eis um outro parecido com o anterior : "COSTA, Israel Alexandria et al. (Org.). Ontologia do caráter brasileiro. In: _____.". Trata-se de um exemplo parecido, mas não igual. A inclusão das expressões "et al. (Org.)", "In: _____" e o não negritamento do título indica que esse registro difere muito do primeiro. Entender essas e outras diferenças do gênero é um desafio constante de todo pesquisador, que deve ter sempre à mão a NBR 6023 e/ou tutoriais sobre referências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todas as recomendações dirigidas ao aprendiz da metodologia científica, a mais importante é *sapere aude*: sentença do antigo poeta romano Horácio, cujo significado é *ouse saber*. Ela foi recuperada, no século XVIII, por Kant, para definir o espírito do esclarecimento, a disposição de saída do estado de acanhamento indeciso e de covardia para o de ousadia decidida e corajosa, no qual cada um passa a se servir bem e com segurança do próprio entendimento, sem a orientação de outrem. *Sapere aude* é a audácia de provar novos saberes, de degustar novos sabores, de fazer do mundo uma aventura de novos conhecimentos, um laboratório de novas experiências; é a divisa que une o amor à verdade — a própria essência do saber científico — com a prática científica de nossa era.

Trata-se, entretanto, de uma autonomia instrumentalizada. O garimpo e a escalada do conhecimento não são possíveis sem os meios de apoio à pesquisa. Aquele que abre mão de tais meios incorre, em certo sentido, numa espécie de imbecilidade⁵ culpada.

⁵ Trata-se de uma alusão ao sentido originário da palavra latina *imbecille*, cujo sentido primitivo era o de indivíduo sem apoio. *Imbecilis quase sine baculo* significa *fraco como [se estivesse] sem bastão*. Supõe-se que, nesse sentido, Kant também teria recusado a imbecilidade quando recusou a infantilidade. Em seu opúsculo *Resposta à pergunta: Que é Iluminismo?*, ele propõe que a saída da infantilidade para o estado de autonomia requeira a ousadia decidida e corajosa para saber das coisas em matéria de ciência e de religião, não obstante a centralidade desta última.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5892**: 1989. Norma para datar. Rio de Janeiro: [s. n.], 1989a. 2 p.

_____. **NBR 6022**: 2003. Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2003a. 5 p.

_____. **NBR 10520**: 2002. Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2002a. 7 p.

_____. **NBR 10525**: 2005. Informação e documentação - Número Padrão Internacional para Publicação Seriada - ISSN. Rio de Janeiro: [s. n.], 2005. 6 p.

_____. **NBR 10719**: 2011. Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011a. 15 p.

_____. **NBR 12225**: 2004. Informação e documentação - Lombada - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004a. 3 p.

_____. **NBR 14724**: 2011. Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011b. 15 p.

_____. **NBR 15287**: 2011. Informação e documentação - Projeto de pesquisa - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011c. 12 p.

_____. **NBR 15437**: 2006. Informação e documentação - Pôsteres técnicos e científicos - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2006a. 3 p.

_____. **NBR 6021**: 2003. Informação e documentação - Publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2003b. 9 p.

_____. **NBR 6023**: 2002. Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: [s. n.], 2002b. 24 p.

_____. **NBR 6024**: 2012. Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2012. 8 p.

_____. **NBR 6025**: 2002. Informação e documentação - Revisão de originais e provas - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2002c. 6 p.

_____. **NBR 6027**: 2013. Informação e documentação - Sumário - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2013. 2 p.

_____. **NBR 6028**: 2003. Informação e documentação - Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2003e. 2 p.

_____. **NBR 6029**: 2006. Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2006b. 14 p.

_____. **NBR 6032**: 1989. Informação e documentação - Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas - Procedimento. Rio de Janeiro: [s. n.], 1989b. 14 p.

_____. **NBR 6033**: 1989. Informação e documentação - Ordem alfabética. Rio de Janeiro: [s. n.], 1989c. 5 p.

_____. **NBR 6034**: 2004. Informação e documentação - Índice - Apresentação. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004b. 8. p.

_____. **NBR ISO 2108**: 2006. Informação e documentação – Número Padrão Internacional de Livro (ISBN). Rio de Janeiro: [s. n.], 2006c. 22 p.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**; contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as idéias**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. 59 p. (Série Princípios)

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 fev. 1998, Seção 1, p. 3-80. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003: **Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Alagoas**. Maceió-AL, 2006. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/arquivos/progep/legislacao/estatuto-e-regimento-da-ufal>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. 288 p.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Tradução Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1996. 176 p.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**; para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FERNANDES, Maria Nilza. **Técnicas de estudo**: como estudar sozinho. São Paulo: EPU, 1979. 152 p.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Tradução Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Tradução Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 230 p.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 88 p.

GANDELMAN, Henrique. **De Gutenberg à Internet**: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUEDES, Enildo Marinho et al. **Padrão Ufal de normalização**. Maceió: EDUFAL, 2013. 51 p. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/arquivos/prograd/manuais/padrao-ufal-de-normalizacao-2/padrao-ufal-de-normalizacao>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução João Vergílio Gallerani. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUME, David. Da simplicidade e do requinte na maneira de escrever. Tradução J. Sarmiento de Beires e Jorge Costa Neves. In: _____. **Ensaístas Ingleses**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1964. p. 87-94. (Coleção Clássicos Jackson, XXVII)

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de Apresentação Tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 62 p.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. **Lógica**. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. 182 p. (Biblioteca Tempo Universitário. Série Estudos Alemães; 93)

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 260 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Nouveaux essais sur l'entendement humain**. Paris: GF-Flammarion, 1990.

MARTINS, Eduardo (Org.). **Manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990. 350 p.

MENDES, Gilmar Ferreira et al. **Manual de Redação da Presidência da República**. 2. ed. revista e atualizada. Brasília, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2011.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia Ciência**. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PAULA, Rogério Pinto de. **Manual para elaboração e normalização de dissertação e tese**. Vitória da Conquista-BA: UESB, 2009. 128 p.

PLATÃO. **Teeteto**. Tradução Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: Universitária, 2001. (Coleção Diálogos). Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis>>. Acesso em: 02 jun. 2000.

POPPER, Karl Raimund. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução Leonidas Hesenberg e Octanny Silveira da Motta. São Paulo: Cultrix, 1972.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Essai sur l'origine des langues, IV. In: _____. **Œuvres Complètes**. Paris: Gallimard, 1995. v. 5.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 184 p.

SANTOS, Ednalva M. M. et al. **O texto científico**: diretrizes para elaboração e apresentação. 2. ed. Salvador: Quarteto, 2002. 108 p.

SANTOS, Gisele et al. Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos. Curitiba: IBPEX, 2007. 165 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Tradução Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2010. 176 p. (Coleção L&PM Pocket, v. 479)

VICTORIANO, Benedicto; GARCIA, Carla C. **Produzindo monografia**: trabalho de conclusão de curso - TCC. 2. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 1996. 67 p.

APÊNDICE A – VOCABULÁRIO ACADÊMICO

Para os iniciantes em textos acadêmicos, uma das dificuldades é a falta de familiaridade com palavras e expressões que traduzem a precisão e a coesão necessárias ao discurso argumentativo. Disto decorrem o uso de termos inapropriados à produção científica ou — quando se adota o vocabulário com precisão — a repetição.

Visando despertar o interesse e a reflexão sobre as estratégias para se redigir um texto atentando para a adequação da linguagem ao discurso, as possibilidades de associações de palavras que expressem a mesma ideia, seguem alguns termos e expressões que atendem ao texto acadêmico:

a) expressões atenuantes e problematizantes:

Para rechaçar a opinião adversária, em vez de expressões duras e acusatórias como adulteração, erro, defeito, desatenção, deturpação, descuido, falsidade, mentira, etc., aconselha-se empregar discrepância; equívoco; impropriedade; impropriedade; inadequação; incongruência; inconsistência; incorreção; inexatidão; lacuna; óbice; obscuridade; obstáculo; mal-entendido. Para postular uma opinião, pode-se iniciar com expressões como "a confusão de toda esta nomenclatura não pode se resolver com facilidade"; "a dificuldade reside em entender-se como se pode..."; "a fim de dar nomes diferentes às coisas diferentes, propõe-se designar por..."; "à luz de que ideia, se precisará, pois, conceber o ato pelo qual o..."; "a menos que se suponham esses singulares e fortuitos concursos de circunstâncias..."; "até aqui, levou-se em consideração somente..."; "caberia indagar se..."; "concernente a esse campo, propõe-se que..."; "considerou-se, até aqui,..."; "de resto, se essa forma compreende..."; "detendo-se, um instante, nesta última consequência, convém se evitar concluir que..."; "deve-se compreender, nesse sentido, que..."; "diante da proposta de empreender a discussão desse difícil problema de saber o que..."; "difícilmente se poderá formular sobre esse assunto senão conjeturas vagas e quase imaginárias"; "é oportuno suspender o julgamento que se poderia fazer de uma tal situação até que, de balança na mão, se tenha examinado..."; "é preciso observar porém que..."; "é problema a ser examinado, se..."; "em todos os tempos, discutiu-se muito sobre..."; "essa matriz, que podemos denominar... "; "examinando tudo cuidadosamente, não se vê como seja doravante possível..."; "examine-se ainda, por

um momento,..."; "impõe-se convir, inicialmente, que..."; "impõe-se notar ainda que..."; "mas quando, por meios supostamente desconhecidos,..."; "mas, ainda quando as dificuldades que cercam todas essas questões deixassem por um instante de causar discussão sobre tal tema, haveria..."; "nesse ponto, pode-se entrever um pouco melhor ..."; "o que a reflexão ensina a esse propósito, a observação parece confirmar, pois, com efeito..."; "o que faz com que somente se possa formar conjecturas toleráveis sobre..."; "os registros acerca do tema dão conta de que..."; "outra dificuldade merece atenção, a saber,..."; "parece, a princípio, que ..."; "perguntar até onde se....é perguntar até que ponto..."; "pergunta-se como..."; "poder-se-ia, a propósito do que ficou acima, acrescentar..."; "pretende-se que..."; "quando se quiser supor..."; "quando, pois, se pergunta, de modo absoluto..., faz uma pergunta tão insolúvel quando indeterminada..., mas quando se perguntasse"; "quanto a esse particular..."; "quanto mais se medita sobre esse assunto tanto mais..."; "que seja permitido examinar, por um instante, as dificuldades relativas à(ao)..."; "que será, pois, propriamente, um ato de...?"; "quicá se possa postular que..."; "saliente-se, inicialmente, que aqui se trata menos de... do que..."; "se é verdade que... não é menos verdade que..."; "segue-se o texto que se pensa dever apresentar"; "sem nos embarçarmos nessa multidão de termos, contentemo-nos em considerar..."; "seria difícil imaginar-se necessário..."; "sicrano pretende que... seja..."; "supondo-se que..."; "suponha-se essa primeira dificuldade vencida, transponhamos por um momento, o espaço imenso que ..."; "tomando o termo no rigor de sua acepção..."; "tomando-se em consideração... "; "uma vez admitidas tais distinções,..."; "vê-se, por essa fórmula, que..."; "viu-se, no capítulo precedente,..."

b) termos alusivos à ideia de

aconselhamento: aceitável; aconselhável; adequado; adotável; agradável; apropriado; aprovável; auspicioso; bom; cabível; cauto; certo; cômodo; confiável; conveniente; de bom agouro; decente; decoroso; desejável; devido; digno de atenção; encorajador; esperado; fácil; ideal; indicado; justo; legítimo; oportuno; prometedor; propício; proveitoso; providente; prudente; recomendável; reconhecível; sábio; sensato; válido; vantajoso; verdadeiro.

adversatividade: confrontando essa posição com o(a); contudo; de outro lado; destarte; entretanto; mas sabe-se à custa de que esforços obtém-se esse(a); não

menos; não obstante; no entanto; se se considera que; tal perspectiva é inconciliável com a pretensão de; todavia; uma segunda explicação desse(a)...

artificialidade (conotação positiva): adquirido; calculado; estudado; examinado; extraordinário; ideal; instruído; pensado; representado.

atividade intelectual: análise; aplicação; argumentação; arrolamento; averiguação; colocação; consideração; debate; diálogo; discussão; enunciação; esquadrinhamento; estudo; experiência; formulação; indagação; inquérito; inquirição; investigação; levantamento; meditação; observação; operação; operação teórica; pensamento; percurso; pesquisa; postulação; precogitação; preconceção; preconização; prefiguração; problematização; procedimento; projeto; proposição; raciocínio; reanálise; reaprofundamento; reconsideração; rediscussão; reexame; reflexão; reinvestigação; síntese; trabalho.

centralidade: alicerce; busílis; centro; essência; fundamento; integral; natureza; nevrálgico; nó; norte; origem; ponto; principal; raiz; sustentação; terminal; valor.

classificação: âmbito; classe; espécie; gênero; modelo; tipo.

conclusão: ao que tudo indica; assim; com efeito; conclui-se do precedente que; dada essa circunstância; daí; de fato; de resto; deduz-se, de um ponto de vista estritamente lógico, que; desse modo; desta maneira; e o fato de ser assim resulta; é porque; e, com isso; em consequência; em continuação; enfim; então; era de esperar que; igualmente; na medida em que; não seria isso simplesmente reconhecer que...; nesse sentido; o que dizer, senão que; o(a) é, pois, se assim se quiser; para simplificar, grosso modo; parece então defensável a opinião de que; pode-se pois, crer; por conseguinte; por fim; porquanto; portanto; segue-se então que; tal como acaba de ser enunciada, poder-se-ia pensar que ele(a); também; tão; tomando-se em consideração; uma vez supondo-se essa necessidade, cabe indagar; vemo-nos levados a crer que; verifica-se que; visto que.

destaque: apreciação; acentuação; assinalamento; consideração; defesa; elevação; elogio; erigimento; positivação; preceituação; realce; recobrimento; recondução; sobrelevação; sublinhamento; validação.

deslocamento temático / dificuldade: a questão desloca-se para o problema...; deve-se retomar ainda, para especificar a questão, as noções de; é difícil avaliar o alcance

da astuciosa distinção entre; é difícil vislumbrar as várias causas históricas para a necessidade de; considerando-se o tema sob uma perspectiva não trivial, é preciso recorrer ao(à)...; parece que ... escapa a qualquer sistema de compreensão.

documentação: aporte; documento; ensaio; epístola; fonte; material; monumento; livro; obra; produção; registro; romance; testemunha; texto; trabalho; tratado.

hipotetização: argumentar; assinalar; compreender; conceber; conjecturar; considerar; defender; definir; imaginar; observar; postular; pretender; propor; representar; subentender; supor; suspeitar.

necessidade: básico; categórico; certo; coercitivo; conclusivo; convincente; crucial; de primordial importância; decisivo; digno de atenção; essencial; evidente; fatal; forçoso; fundamental; imperativo; importante; impositivo; imprescindível; inarredável; incontestável; indiscutível; indispensável; indubitável; inelutável; inevitável; interessante; irrefutável; necessário; obrigatório; ordenado; preciso; presumível; requerido; terminante; urgente; vital.

negação: abjuração; abominação; antítese; aversão; contradição; denegação; desacordo; incompatibilidade; indeferimento; não aceitação; não acolhida; não admissão; não concessão; não conformação; negação; negativa; objeção; oposição; rebatimento; rechaçamento; recusa; rejeição; renúncia; repugnância; repulsa.

territorialidade: âmbito; área; aspecto; assunto; atmosfera; campo; centro; consideração; dimensão; eixo; esfera; espaço; espécie; fresta; fronteira; gênero; imperativo; instância; limite; linha; nó; obra; ótica; perspectiva; plano; plataforma, polo; prisma; referência; região; sistema; substância; tema; território; tipo, tópico; traçado; universo; vazio.

c) verbos de uso frequente:

adaptar; adivinhar; admitir; afinar; aguardar; ajustar; alargar; alinhar; almejar; alongar; ansear; antejulgar; antecupar; antepor; anteprojetar; antever; apanhar; apontar; apreender; apresentar; aprofundar; aproximar; assegurar; assenhorar; assentar; assinalar; assumir; atentar; ativar; atrelar; atualizar; avançar; buscar; calcar; capacitar; capitular; centralizar; clarificar; coletar; compreender; comprovar; comunicar; concernir; conjugar; constituir; contemplar; contrapor; converter; corrigir; criar; criticar; cuidar; cumprir; dar a conhecer; dar conta de; decidir; delimitar;

delinear; demarcar; desacomodar; desatrelar; descrever; desdobrar; desejar; desempenhar; desencadear; desenhlar; desenvolver; desnudar; desocultar; desprender; destacar; determinar; dialogar; difundir; dispor; dotar; efetivar; emanar; embutir; emergir; empreender; encabeçar; encadear; enfocar; entender; entremeter; esboçar; escavar; esclarecer; espacializar; esperar; estabelecer; evidenciar; examinar; executar; exemplificar; expectar; explicar; expor; externar; fabricar; fazer; fazer ver; fixar; focar; fomentar; garimpar; iluminar; ilustrar; impetrar, incluir; incrustar; indicar; inferir; informar; inscrever; inserir; insinuar; instrumentalizar; intensificar; interpretar; introduzir; investigar; justapor; justificar; legitimar; ler; libertar; manifestar; marcar; materializar; mencionar; mostrar; narrar; objetivar; oferecer; oficializar; opinar; opor; ordenar; organizar; participar; pintar; planejar; pôr; pôr à luz; pós-datar; posfaciar; posicionar; pospor; possibilitar; postular; precantar; precisar; predeterminar; predispor; predizer; preestabelecer; prefaciar; prefinir; prefixar; preformular; pré-imaginar; prelibar; pré-limitar; preludiar; prenotar; prenunciar; preordenar; prepor; preposicionar; pré-selecionar; pressagiar; pressupor; presumir; pretender; pré-traçar; prever; previdenciar; produzir; proferir; professar; projetar; provar; publicar; qualificar; readmitir; reajustar; realimentar; realinhar; reaprender; reaproximar; reassentar; reassumir; reativar; reaver; rebuscar; recapitular; recolher; recolocar; reconhecer; reconstituir; recriar; recuperar; redesenhar; redigir; reescrever; reestabelecer; reestudar; refazer; referir; reformular; regarimpar; reincluir; reincrustar; reinscrever; reinserir; reintegrar; reinterpretar; reintroduzir; reler; remarcar; memorar; reoperar; reorganizar; replanejar; repor; reportar; reposicionar; repostar; reproduzir; rescaçar; resgatar; resolver; ressaltar; ressistematizar; ressoar; reterritorializar; retomar; retratar; reunir; revalidar; revalorizar; revelar; reverberar; salvar; separar; sequenciar; sistematizar; situar; sobrepôr; solenizar; subscrever; superpor; supor; territorializar; traçar; traduzir; transcrever; transplantar; tratar; trazer; tutelar; universalizar; valorizar; vislumbrar; vocacionar.

GLOSSÁRIO

Anexo. Segundo a definição 3.3 da ABNT NBR 14724: 2011, é o "texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração". Não se deve, portanto, colocar anexos em trabalhos acadêmicos sem fazer a devida chamada do autor, pois liga-se à palavra anexo o entendimento de que se trata de material de um outro que não o autor do trabalho.

Apêndice. Segundo a definição 3.4 da ABNT NBR 14724: 2011, é o "texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho".

Chamada. Num trabalho acadêmico, designa-se *chamada* a indicação que correlaciona uma citação a uma determinada obra da lista de referências. Segundo a ABNT NBR 10520: 2002, para fazer chamadas utiliza-se apenas um desses dois sistemas: o numérico e o autor-data.

Citação. Segundo a definição que se pode extrair das seções 3.1 a 3.4 da ABNT NBR 10520: 2002, é a "menção de uma informação extraída de outra fonte", podendo essa menção ser direta (transcrição de pequeno trecho da obra consultada) ou indireta (texto baseado num trecho da obra consultada).

Dissertação. Segundo a definição 3.10 da ABNT NBR 14724: 2011, é o "documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre". Nos programas de pós-graduação no Brasil, o volume mínimo textual de uma dissertação gira em torno de 100 páginas.

Ensaio. Relato sobre determinado assunto, porém menos aprofundado e/ou menor que um tratado formal e acabado, expondo ideias e opiniões sem base em pesquisa empírica.

Errata. Segundo a definição 3.15 da ABNT 14724: 2011, é a "lista dos erros ocorridos no texto, seguidos das devidas correções". Com a popularização dos recursos de edição eletrônica de textos, a errata tornou-se um elemento pré-textual

em desuso como parte da estrutura do trabalho acadêmico, pois os erros tornaram-se facilmente corrigíveis nos próprios locais onde ocorrem. Entretanto, por ocasião da defesa do trabalho final, cópias de erratas devem ser distribuídas em folhas avulsas aos componentes da banca examinadora que porventura tenham recebido o trabalho com erros.

Ficha catalográfica. Segundo a definição 3.16 da ABNT 14724: 2011, é o "registro das informações que identificam a publicação na sua situação atual".

Glossário. Segundo a definição 3.20 da ABNT NBR 14724: 2011, é a "relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições".

Índice. Segundo a definição 3.22 da ABNT NBR 14724: 2011, é a "relação de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas num texto".

Monografia. Segundo a definição 3.7 da ABNT NBR 6023: 2002, "item não seriado, isto é, item completo, constituído de uma só parte ou que se pretende completar em um número preestabelecido de partes separadas". Sob esse prisma, um TCC, ainda que só tenha 40 páginas, é uma monografia.

Projeto de pesquisa. Descrição formal dos planos, fases e procedimentos de um processo de investigação científica a ser realizado.

Relatório técnico-científico. Relato formal dos resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento, ou descrição da situação de uma questão técnica ou científica.

Resenha. Diz-se resenha crítica uma apreciação, geralmente elaborada por um especialista no assunto, do mérito de uma única publicação literária, artística ou científica, destacando em geral o grau de contribuição do autor da obra ao plano de uma determinada abordagem, de uma área de conhecimento ou de uma teoria; diz-se resenha literária um informe, geralmente confeccionado por estudantes como exercício de compreensão e de crítica, contendo o resultado do seu estudo em torno do exemplar de um livro. A resenha crítico-literária é uma mescla das duas e a sequência de seus oito elementos é a seguinte: no topo de uma página A4, em alinhamento justificado, insere-se a (i) referência da obra; duas linhas abaixo, em

negrito e alinhamento centralizado, o (ii) título da resenha (pode ser o mesmo título da obra resenhada); duas linhas abaixo e com alinhamento à direita, o (iii) nome completo do autor da resenha e, ao lado do nome, um indicativo para nota de rodapé contendo o (iv) minicurrículo do autor da resenha; duas linhas abaixo, inicia-se a parte argumentativa da resenha, com estrutura gráfica e apresentação semelhantes à da parte textual dos trabalhos acadêmicos ABNT. Esses elementos argumentativos são, pela ordem, (v) dados referenciais do exemplar da obra consultada; (vi) dados histórico-biográficos do autor da obra (apenas os que interessam à compreensão da obra); (vii) parecer do resenhista ou a resenha propriamente dita. É importante que esse parecer seja tanto uma informação sobre a obra quanto uma expressão do prazer intelectual do resenhista em relação à leitura realizada. Aí, ele deve recomendar a leitura e informar as razões objetivas e subjetivas de sua recomendação. Por fim, caso o resenhista tenha consultado outras obras para a confecção do seu parecer, é obrigatória a inclusão de uma (viii) lista de referências contendo a referência da obra resenhada e utilizando-se das mesmas regras sobre referências em trabalhos acadêmicos. O volume textual das resenhas crítico-literárias costuma ser de cinco a dez páginas.

Tese. Segundo a definição 3.33 da ABNT NBR 14724: 2011, é o "documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar". Nos programas de pós-graduação no Brasil, o volume mínimo textual de uma tese gira em torno de 200 páginas.

Trabalho acadêmico. Monografia confeccionada segundo regras da escrita e da informação científicas. Segundo a NBR 14724: 2011 da ABNT, estrutura-se por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. É essencial à definição de trabalho acadêmico que conste em seu rol de *referências* mais de duas publicações.

Trabalho de conclusão de curso (TCC). Segundo a definição 3.35 da ABNT 14724: 2011, que se aplica também ao trabalho de graduação interdisciplinar e ao trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento, o trabalho de conclusão de curso é o "documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser

obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador". Normalmente sua apresentação inclui defesa oral perante Banca Examinadora formada por especialistas da área, dentre os quais deve constar o orientador que acompanhou o trabalho desde o seu anteprojeto. A elaboração do TCC pode e deve servir, como bem observou Victoriano (1996, p. 14), para "despertar o interesse pela pesquisa mais aprofundada, transformando-se muitas vezes em um bom projeto de pós-graduação". Nos cursos de graduação no Brasil, o volume mínimo textual de um trabalho de conclusão de curso gira em torno de 50 páginas.